



28.6.2024

ATA

Sessão Ordinária de Fevereiro (2.^a reunião) – 03MAI2024

N.º 31/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 3 de maio de 2024 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, como 1.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Miguel Cristo Graça, Daniela Ribeiro Alegria, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Moraes Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Partido Social Democrata: Fábio Miguel da Silva Marta substituiu Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substituiu Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Paula Alexandra da Graça Ferreira substituiu Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Sónia Alexandra Fernandes Gomes substituiu Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Elvira Maria Fernandes Correia substituiu Mariana Alvelos Silva.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins.

Ordem do Dia

Continuação dos trabalhos, nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 2. "Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023". *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 3. "Proposta da Aplicação de Resultados Líquidos". *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 4. "Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º Semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços". *Ato deliberativo: conhecimento.*

Ponto 5. "Abertura de Concurso Público para aquisição de Serviços de Transporte para atividades pedagógicas, desportivas, escolares e outras". *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 6. “Concessão da recuperação e exploração temporária e onerosa de um centro hípico e parque pedagógico no lugar do Casal 43 - Colónia Agrícola”. *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 7. “Concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para a conceção, instalação e exploração de treze quiosques no Município de Ílhavo”. *Ato deliberativo: aprovação.*

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
As 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04':42")

«Boa noite, caras e caros Deputadas. Caro Executivo. Público aqui presente e todos os que nos acompanham em casa. Sejam bem-vindos à segunda reunião da sessão ordinária de abril.

Vamos iniciar os trabalhos. Já estamos online. Hoje, o nosso Primeiro Secretário não vai poder estar presente, o doutor Pedro Tróia. Portanto, a nossa Segunda Secretária, a professora Irene Ribau, passa a Primeira Secretária. Vou ter necessidade de recrutar um Segundo Secretário. Pedia ao Domingos Gandarinho para nos acompanhar nos trabalhos, aqui na Mesa. Muito obrigado.

Vamos então proceder à chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (06':34")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 2. "Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':22")

«Muito obrigado. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos com a apreciação do ponto 2., “Relatório de gestão e prestação de contas de 2023”. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (08':40")

«Obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos os autarcas. Boa noite ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Comunicação social. Todas as pessoas que nos veem lá em casa e também àqueles que dedicam um bocadinho do seu tempo a assistir a esta Assembleia. Também aos senhores Vereadores que acompanham também, aqui, o Executivo municipal, com a sua presença.

Nós estamos perante um documento que tem um trabalho muito técnico, onde podemos registar, neste documento, a reabilitação de mais edifícios; mais cobertura do saneamento do município; redução de dívida; pagamento a fornecedores, dentro daquilo que foi a nossa estratégia pensada e que anda, neste momento, num prazo médio de 18 dias; uma taxa de execução da receita nos 99,17% e uma execução das despesas em 80,36%. Todos estes números são referências superiores àquilo que estivemos aqui a avaliar no Relatório de Contas de 2023, notando também que há um aumento naquilo que é a recolha de fundos comunitários de 400 mil euros, mas, também, em algumas despesas que interessa também relevar porque também são votadas aqui algumas posições sobre essas despesas, nomeadamente naquilo que é a taxa de resíduos, em que temos um aumento de mais 500 mil euros naquilo que é o custo com a SUMA e a ERSUC e, portanto, que não é compensado

também nos tarifários e que regista, para a Câmara Municipal, 225 mil euros de custos acrescidos que não são compensados naquilo que é o tarifário.

Também registamos aqui um aumento ao nível do investimento. Portanto, passámos dos 4, em termos de capital, para os 5,1 milhões de euros e, portanto, também podemos ver que o aumento daquilo que é o reforço do valor nas nossas Instituições também está bem referenciado e vivenciado na nossa página 73 do nosso documento. É evidente que muito se tem falado sobre aquilo que é o saldo de gerência da Câmara Municipal, entendendo eu, e todos os nossos autarcas entendem da mesma forma que esse saldo de gerência tem 4,6 milhões de euros de compromissos assumidos. O que fica aqui um excedente de valor que faz jus aos compromissos logo de início do ano e que também poderá variar ao longo do ano. Mas este é o registo que nós temos no documento que apresentámos. O que representa que esse saldo se cifre aqui nos mais ou menos 8% daquilo que é a referência total do valor.

Relativamente aos impostos, nós temos também uma quebra daquilo que é o Imposto Municipal sobre Imóveis de 0,3%, portanto. Temos também, no caso do IRS. Nós vínhamos tendo, de 2022 para 23, temos aqui uma quebra também de 3%. De 2 milhões de euros fomos para 1,75. E na Derrama também 0,5. O que se regista aqui algum valor de decréscimo. No entanto, o total de impostos cifra-se aqui nos 8,95 milhões de euros, portanto. Sabendo nós que, neste momento, temos ainda algum decréscimo naquilo que é os valores comparativos do ano passado, mas já nas contas deste ano.

Penso que saudamos com muito positivo todo o trabalho que tem vindo a ser feito. Também temos noção daquilo que as obras que foram feitas por particulares, e não só, e por empresas, recebemos mais nos loteamentos que foram feitos, comparando com 2022, 230 mil euros. Também nas aquisições de capital, como nós temos vindo a ver, também subiram e já o referenciei aí atrás, já referenciei anteriormente.

Na alteração que nós verificamos aqui, face a resultados anteriores, aquilo que nós vimos é que os fundos comunitários ainda não evidenciam o trabalho que nós tanto esperamos e que temos vindo a concretizar nos últimos dois anos. E, portanto, numa análise paralela àquilo que foram os anos anteriores e, portanto, tivemos a ver, só mesmo por causa dos fundos comunitários e de uma grande obra que se fez no Jardim Henriqueta Maia é que tivemos aqui um aumento dos valores. De resto, estamos mais ou menos paralelos àquilo que têm sido os anos de investimento anteriores. Podemos aqui ver, se calhar, nos últimos 8, 9 anos, andamos aqui regular nesta matéria.

Portanto, espero que consigamos dar o salto. Já o estamos a dar. Portanto, todos os indicadores são muito superiores àquilo que mostrámos até aqui de desempenho de todas as contas. No entanto, ficarei agora a aguardar também alguns esclarecimentos sobre o documento, se o souber fazer. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14:05")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então agora abrir as inscrições para a discussão.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para fazer': (14:19")

«Tenho uma interpelação a fazer, deixo os cumprimentos para a próxima intervenção. Nos anos anteriores, temos juntado os pontos de distribuição de resultados com a análise no sentido de acelerarmos, digamos. Eu cheguei agora, peço imensa desculpa pelo atraso, e não sei se será do interesse do Senhor Presidente e dos restantes membros. Era só que, como é habitual nos outros anos, deixo só esta ao Senhor Presidente e aos Deputados.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14:43")

«Com certeza. O meu interesse é que as coisas sejam discutidas e, portanto, coloco à apreciação da Assembleia se devemos juntar ou não. Então vamos juntar os dois pontos. Muito bem. Obrigado, Pedro.

Vou então abrir as inscrições. Começando pelo 'Unir' quem se inscreve? Pedro Cristo. Do PSD quem se inscreve? Flor Agostinho. E do PS? Luís Leitão. Muito bem. Vamos então começar pelo deputado Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para fazer': (15:47")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia. De resto, cumprimento na sua pessoa os restantes membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, cumprimento os Senhores

Vereadores, na sua pessoa. Caros colegas Deputados. Público aqui presente e também em suas casas.

Estamos perante uma análise de números. Números que, por muito reais que sejam têm perspectivas diferentes de serem vistos. Eu costumo dar sempre o exemplo que tanto o 6 como o 9 são feitos da mesma forma, só que, mediante a posição que estamos, ou lemos 6 ou lemos 9. Na política é habitual nós interpretarmos à nossa maneira e no sentido de levarmos para aquilo que pretendemos. Eu costumo conversar com as pessoas quando estamos a falar, por exemplo, da dívida pública. Não há dúvida nenhuma que se nós olharmos para a dívida pública do nosso Estado, nós verificamos realmente que de 2015 a 2023, efetivamente, houve uma quebra da dívida pública. É senso comum. Mas, efetivamente, não houve quebra da dívida pública, os números são como são, porque subimos de 229 mil milhões para 263 mil milhões. Isto é só um exemplo que nós aqui temos que os números, na política, são aquilo que lhe quisermos dar. Por isso, aquilo que eu aqui vou fazer, com certeza, é fazer uma análise específica ao próprio documento. Posso já dizer que este documento está bem feito. E congratulo os serviços da nossa Câmara, os serviços financeiros e contabilísticos, pelo próprio documento, e expressa a realidade da nossa Câmara a 31 de dezembro de 2023. Isto é uma fotografia daquele momento que nós, que analisámos o documento, verificámos.

Independentemente daquilo que possamos dizer, estamos todos de acordo que a Câmara, o nosso município, o nosso Município de Ílhavo, está numa boa saúde financeira. É lógico que aquilo que aparece no Relatório e Contas 2023 não é, nem mais, nem menos, do que fruto daquilo que foi as opções políticas, ou as opções de contingência, como aconteceu quando foi a situação do COVID, há uns anos atrás, digamos assim, são consequências do trabalho realizado e dos fatores que são alheios.

Efetivamente, as opções que foram tomadas durante 2023, nós tivemos oportunidade aqui, dentro desta mesma Assembleia, de as avaliar quando fizemos a aprovação das GOP, em 2022, para o ano de 2023. E não é novidade nenhuma dizer que só os deputados do “Unir Para Fazer” elevavam, digamos assim, a grande qualidade das GOP que estavam apresentadas. Quando, aqui, fizemos a análise do orçamento, em 2022, para 2023 e nos orçamentos rectificativos posteriores, também fizemos a análise deste relatório que está aqui a ser apresentado.

Efetivamente, em todas as sessões ordinárias o Executivo Camarário vem-nos aqui prestar contas daquilo que fez, daquilo que não fez e aqui também nós fizemos esta análise. Então, estamos perante um documento que, efetivamente, demonstra a própria realidade. Pode não ser concordante com todos naquilo que ajudou, mas com certeza que o documento está bem. E aqui que nos pedem para fazer uma análise ao documento que aqui nos é apresentado. Eu não vou fazer aqui o trabalho do Rufino, de pegar no relatório contas e fazer aqui, digamos assim, a sua análise, penso que, normalmente, o senhor professor Agostinho ou o Leitão costumam ter aqui um bom desempenho, nesse assunto, por isso, com certeza absoluta, até porque a sessão anterior foi muito calminha, talvez agora seja mais animada. Mas eu gostava só de vos dar a indicação, para quem está nesta área, de olhar para uma coisa que é muito importante: aquilo que os auditores dizem. Os auditores têm um trabalho muito importante e devem ter a devida independência no seu próprio trabalho. E os auditores dizem, em determinada altura, levantam duas reservas. Para quem está na banca, ou esteve na banca, sabe que reservas é logo uma perspectiva para termos muito cuidado, mas vamos ver as reservas que foram levantadas a este relatório e contas. Uma reserva que foi levantada, tem a ver com o próprio contrato de fornecimento de água às Águas da Região de Aveiro, tem a ver com uma questão contabilística. A outra reserva tem a ver com a dificuldade que os nossos auditores tiveram em inventariar os bens de ativo imobilizado e outros ativos fixos. Recordamo-nos todos que falámos aqui, várias vezes, sobre a dificuldade, digamos assim, do próprio Executivo, a nossa Câmara Municipal, que é património de todos nós, ter uma noção exata do património que tem registado e devidamente legalizado.

Diz-nos uma carta dirigida pelos seus auditores a todos nós, que está nos anexos, se não tiveram oportunidade de ver. o seguinte: face ao exposto, tendo em consideração o teor da certificação legal de contas, somos de parecer que Relatório de Gestão e Contas estão de acordo com as disposições legais aplicáveis, pelo que poderão ser apreciados. Ou seja, aquilo que nós, Deputados do Movimento “Unir Para Fazer”, respeitando o excelente trabalho que foi executado pelos colaboradores da Câmara Municipal de Ílhavo, o respeito pelo parecer que os senhores auditores e que nós acreditamos emitiram, e porque também acreditamos no trabalho que foi desenvolvido, durante o ano de 2023, por todo o executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, nós vamos votar favoravelmente. Obrigado.»

Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (22':55")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Companheiros, Colegas. E às pessoas que estão a ver em casa.

Eu não venho aqui fazer a análise técnica, já lá vai o tempo. A idade pesa. Oh Pedro, isto já não é como antigamente.

Mas o Pedro disse aqui algumas verdades, como é óbvio, que é a questão dos auditores. É flagrante, quer dizer, essa recomendação. Essa desconformidade é permanente, quer dizer, não é só aqui, é em toda a administração pública. É uma dificuldade tremenda inventariar os bens da administração pública. E daí esta recomendação porque eles têm que se salvar, não é? Eles têm que receber o seu dinheiro e tem que ter o bom nome na praça. Portanto, têm que escrever lá sempre aquelas palavrinhas. Mas de qualquer maneira, eu até concordo com o Pedro nalgumas coisas. Por acaso fiz aqui um texto que vou ler, não é muito comprido, e vai em consonância com aquilo que o Pedro disse. O que me faz voltar lá atrás, uns anitos. Não sei se isto é de formação, deve ter sido. Enfim...

Este documento, que hoje devemos apreciar e votar, não é mais do que a fotografia a 31 de dezembro de 2023 da atividade desenvolvida pelo Executivo da Câmara durante o ano de 2023, como referido, e bem, pelos responsáveis pela elaboração do documento. A prestação de Contas e o Relatório de Gestão traduz-se num conjunto técnico de documentos que resumem e espelham a atividade desenvolvida pelo Município de Ílhavo, no final de cada exercício. Decorrente da análise das primeiras páginas do documento, devemos enaltecer o texto que nos é apresentado, devendo-se realçar o trabalho meritório dos técnicos da autarquia que o elaboraram, porquanto demonstram excepcional profissionalismo e isenção na argumentação utilizada para justificar os dados contabilísticos financeiros do documento. Realçar também as explicações técnicas prestadas quanto à aplicação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, bem como relativamente ao desenvolvimento do plano de recuperação e resiliência, PRR, referindo-se que se trata de um programa de aplicação nacional com um período de execução até 2026, portanto, não esquecer que falta pouco mais de dois anos e meio para que ele esteja terminado, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos determinados a repor o crescimento económico sustentado, fortalecendo o objetivo de convergência com a Europa ao longo dos anos vindouros. Esta é a preocupação, como todos sabemos, do PRR, cuja execução está muito reduzida e que este Governo se propõe, como todos nós sabemos, enfim, dar-lhe outro ânimo e maior velocidade. O que eu não acredito muito porque o grande problema em Portugal é a falta de projetos, de iniciativas e de ideias, contrariamente àquilo que acontece noutros países da Europa. Portugal sempre foi fraco nestas questões, mas enfim, tenhamos esperança.

Ao nível da receita gerada no exercício de 23, ficamos a saber que a mesma foi de 33.105.284 de euros, não contabilizando quer a integração do saldo de 22, quer o montante de fundos comunitários arrecadados, o que se traduz num aumento de 9,5%. Vocês vejam a receita produzida no município, ou seja, mais 2.892.000 euros de receita arrecadada durante 22 anos, montante que não foi aproveitado, apesar de ser tão elevado, para a realização de obras e concessão de apoios a famílias, autarquias, instituições do concelho.

Deve-se referir ainda um montante de 1.225.248 relativo a participações comunitárias, sendo que, em 22, tinha sido apenas de 803.000 euros, traduzindo um aumento de 53%, a que não será alheio, na nossa opinião, a conclusão das obras terminadas, iniciadas por nós, algumas delas, obrigatoriamente no fim do ano e que, na sua grande maioria, transitaram dos executivos anteriores.

Ao nível da despesa paga, em 23, constata-se, na página 12, que a mesma foi de 33.042.313 euros, na qual se inclui um montante residual de 5.143.812 euros respeitante a investimento. Valor este que nos parece insignificante face às necessidades existentes na comunidade, acrescido do facto que algum deste valor diz respeito à finalização das obras do Programa 2020, como já foi referido, que tinha, como limite temporal, o 31/12/23, sendo também demonstrativo da pouca capacidade do Executivo a empreender novas obras e mais investimentos.

Assinalar, com alguma preocupação, o valor da despesa corrente ter atingido um teto de 23.354.000 euros, o que corresponde a um aumento de 12% do valor obtido em 2022, que foi de 20.840.000 euros, o que, a manter-se esta tendência, no futuro vamos continuar a registar pouco investimento e a continuação da estagnação a que já estamos a assistir atualmente.

Apesar da excelente situação financeira que transparece do presente documento, continuamos a afirmar que a mesma tem sido utilizada na continuação da manutenção de projetos, ações e eventos concebidos, projetados e institucionalizados no passado pelos executivos anteriores do PSD, pelo que não se traduzem em algo que seja inovador e diferenciador, como foi propagandeado pelo Movimento que apoia o atual Executivo durante

a campanha eleitoral para as autárquicas. Muitas das obras, realizações e eventos elencados no documento não são mais do que reabilitações, pinturas, manutenções, conservações, reformulações, estruturas já existentes ou então elaboração de planos, regulamentos, projetos, alguns dos quais decorrentes de obrigações legais impostas pela administração central. O que parece haver uma tendência ou uma apetência para transformar o nosso município numa unidade departamental dependente das diretivas impostas pela já referida administração central.

No entanto, deve-se realçar que a dívida de médio e longo prazo regista o valor de 866.000 euros e que integra a amortização dos empréstimos, que se vencem em 2024, no valor 315.000, donde se pode concluir que o trabalho que se vinha a realizar, no sentido da redução da dívida, vai concretizar-se, pese embora o investimento no município também venha a registar valores residuais.

Este relatório traduz a estagnação em que o concelho se encontra, alicerçado numa falta de ambição e ação que já são alvo da desilusão e desencanto de muitos daqueles que apostaram na proposta de mudança que lhes foi vendida, a qual apenas se traduz numa letargia do desenvolvimento e crescimento do concelho.

O que se transmite através deste documento é um adiar de realizações e investimentos para 24 e que, certamente, serão de difícil concretização em tão curto prazo de tempo, face aos compromissos registados com a indefinição política do país quanto às prioridades dos compromissos assumidos nas últimas eleições e aos problemas políticos que estão a surgir, económicos e de guerra, existentes na Europa, bem como a incapacidade das empresas portuguesas responderem a tantos concursos públicos em perspetiva.

Este foi um ano de reduzida ambição e pouca realização, o que pressupõe o arrastar da resolução dos problemas e necessidades da população concelhia para o ano de 2024 e que, objetivamente, não serão concretizadas nos poucos meses de execução que restam até ao final do mandato. Resta-nos a esperança e confiança nos organismos governamentais responsáveis pela aprovação dos projetos financiáveis para que possamos usufruir das reabilitações e construções de edifícios escolares e de saúde, que se encontram ainda em fase embrionária, prometidos para execução.

Como tem sido registado nesta Assembleia, o PSD tem sido crítico quanto à governação que tem sido implementada por este Executivo. No entanto, quanto aos documentos contabilísticos financeiros apresentados, não temos reparos a fazer quanto à sua fiabilidade técnica, pelo que não concordando com as opções políticas adotadas e que transparecem destes documentos, mas aceitando a regularidade formal e contabilística dos mesmos, optamos pela abstenção. Tenho dito.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (33':15'')

«Boa noite a todos. Boa noite ao público. Boa noite a quem nos vê lá em casa. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Mesa, caros colegas Deputados. Preocupa-me, de certa forma, alguma sintonia com o Flor Agostinho, porque tenho vindo habituado, ao longo destes anos, a estar sempre numa posição diferente e, às vezes, sinto-me num corpo estranho quando, depois da intervenção dele, subscrevo, de certa forma, o seu conteúdo.

Senhor Presidente, o tempo que está aqui a contar, também, depois, como estamos a agregar pontos, agradeço que depois, se possível, se for necessário, seja concedido o tempo necessário.

De qualquer das formas, pegando também um pouco no comentário do Pedro Cristo, estamos aqui a avaliar também as contas. Mas mais do que contas, discutem-se aqui as contas à partida serão a um documento que refletem no fundo movimento contabilístico realizado por técnicos e à partida estarão corretos. É também uma velha história que eu tenho, aqui, também, com a questão da certificação de contas e com esta com esta empresa da revisão de contas, a forma como têm sido feitas os relatórios e atempadamente. E as notas são sempre iguais e, portanto, no fundo, eles são uma cópia praticamente daquilo que aconteceu no ano anterior. Mas não deixa de ser preocupante e não nos devemos resignar sempre com esta história, nomeadamente com a inventariação, digamos dos recursos da autarquia. Temos de ter a ambição de tentar identificar, na verdade e não limitarmos a que isto era assim antigamente e, portanto, as coisas têm que mudar para melhor.

De qualquer forma, utilizando a questão da matemática, é a questão do copo meio cheio, os números do 6 e do 9 são aparentemente iguais. Também o 69 NOS pode levar a mesma circunstância porque faz com que seja como uma pescadinha de rabo boca que nos permite falar e não sair do mesmo sítio. E não é nessa interpretação que eu quero estar. Se vocês

são o 6, eu quero ver na perspectiva do 9. E quero ver na perspectiva do 9 porque quero perceber duas coisas.

Uma delas é que estamos a avaliar opções políticas e o resultado do trabalho, e não a fiabilidade das contas. E é por isso que estamos aqui, hoje, a analisar e refletir o Relatório de Contas da nossa autarquia. Devo dizer que os resultados apresentados não são apenas desanimadores, no meu ponto de vista, mas são também preocupantes. O Relatório e Contas deste mandato servem como um espelho da gestão da maioria do UPF, que não é mais do que o reflexo do que vemos e que não é nada encorajador.

Permitam-me abordar os principais pontos críticos delineados neste relatório. Ou seja, é evidente que este mandato começa a estar, diria, que perdido no que diz respeito ao desenvolvimento estrutural do nosso município. Podemos fazer a gestão corrente, estruturalmente não há indicações, não há resultados, até à data, de nada de diferente, apesar das promessas e das expectativas. O que vemos é uma falta de progresso significativo em várias áreas chave que são essenciais para o crescimento sustentável de Ílhavo.

Contas são contas, o 6 e o 9 fazem parte das contas. São as opções políticas que nos separam. O relatório de contas é um instrumento essencial para fazer este balanço. Olhando para os números fica claro que a maioria do UPF não consegue gerir eficazmente os recursos financeiros da Câmara. Cerca de 8 milhões de euros de capacidade financeira do município estão parados. Parados, não para reforço do investimento estrutural ou estratégico para o concelho, mas por resultado de inoperância ou de incapacidade de planeamento e de execução. Não tarda, estes milhões serão queimados num ato eleitoralista desesperado, infelizmente que não será caso único no país, nem tão pouco nesta autarquia.

2023 foi mais um ano de acumulação de capital pela Câmara. O Senhor Presidente disse-nos que há um saldo de gerência e que já estava comprometido. Há saldos de gerência sempre e há compromissos sempre, mas há uma evidência, há um saldo de gerência com uma dimensão atípica.

A administração atual desta Câmara demonstra uma falta de responsabilidade social e financeira preocupante, segundo o nossa entender. Enquanto a receita arrecadada atinge um recorde de 41 milhões, em que juntamos aqui a receita do exercício e o saldo de gerência, a despesa efetuada atinge apenas 33 milhões, deixando uma diferença considerável que não foi devidamente explicado. Esta discrepância revela uma falta de planeamento financeiro adequado e uma gestão pouco eficiente dos recursos disponíveis, apesar do desempenho recorde na captação de receita que, em grande parte, se deve a dinâmicas económicas externa, um grande "Salve!" às empresas deste concelho, aos seus munícipes pagadores e aos promotores e à promoção imobiliária que geraram maior encaixe de receita de impostos diretos desde sempre, com um destaque muito especial para o IMT, este imposto aumentou cerca de 1 milhões de euros.

Não há aqui, nestas contas, um equilíbrio entre despesas correntes e despesas de capital. Podemos dizer que as despesas de capital são as boas despesas, são as despesas de investimento que geram desenvolvimento e qualidade de vida para os munícipes. Para termos ideia do ritmo imposto por esta Câmara quase três anos depois do reinado autárquico do PSD, onde foi evidente o desgaste de ideias para governar o concelho após dois anos de níveis de inflação únicos nunca vistos, provavelmente até nos últimos 30 anos, esta Câmara não consegue chegar aos valores de investimento de um desgastado mandato do engenheiro Caçoilo e do PSD. É caso para dizer, ao PSD e ao engenheiro Caçoilo, não voltem, mas estão perdoados.

A maioria do UPF falhou em traduzir este sucesso financeiro em benefícios tangíveis para os munícipes. Em vez de aliviar a carga fiscal para os cidadãos, como seria de esperar, vemos uma falta de iniciativa para reduzir impostos como o IML e o IRS, promessas que são feitas no programa eleitoral, como a redução para o valor mínimo do IRS, mas que estão a ser cumpridas aos soluços. Porque se há condições, nós podemos antecipar essas reduções. Esta é uma clara traição à confiança dos eleitores e uma demonstração de falta de compromisso com o bem-estar da comunidade.

Onde ficam as promessas de refrescamento da classe política e da irradicação de dinâmicas partidárias menos positivas, tanto prometidas e reforçadas pelos membros do UPF que, ainda na semana passada, no discurso ou na mensagem sobre 25 de Abril, tanto reivindicaram? A distância entre o sonho e o compromisso com a realidade estão a tornar-se numa distância, como se diz na Gafanha, tão longe como daqui até a borda. É doloroso reconhecer que, a cerca de 18 meses do fim do mandato, estamos cada vez mais estagnados. Ílhavo está a andar para trás em diversas áreas, desde o ordenamento do território à educação, à habitação, à economia e valorização ambiental. As exigências são dinâmicas. Aquilo que era bom há 4 anos não está ajustado aos tempos de hoje. As promessas eleitorais podem não

ter sido esquecidas, mas não estão a ser cumpridas. Os projetos, se existem, ficam no papel e a comunidade está desiludida com tanto imobilismo. Além disso, mesmo com a capacidade financeira inédita alcançada, a Câmara falhou em realizar investimentos significativos para resolver os problemas urgentes que enfrentamos. Dos 27 milhões de euros previstos para investimentos, em 2023, apenas cerca de 60% das ações foram executadas. Isso significa que quase metade das promessas de investimento ficaram por cumprir, deixando muitos projetos essenciais, estagnados e/ou atrasados. Uns dizem que é um problema conjuntural. Eu acho que é mesmo uma mistura de demagogia, populismo e falta de jeito para executar. Chegou a hora da maioria do UPF se responsabilizar pela sua gestão deficiente e a falta de visão para o futuro de Ílhavo. Não podemos permitir que o nosso município continue a andar para trás, enquanto o resto do mundo avança. É hora de exigir mudanças reais e uma liderança que coloca os interesses dos munícipes, realmente, em primeiro lugar. Não basta ser omnipresente, simpático, tem que se ser interventivo e eficaz. Concluo, constatando mais uma vez que o ponto de partida do PS para esta análise é do anseio da mudança verificada pela maioria social que se constituiu em 26 de setembro de 2021, traduzindo em vitória o resultado do UPF. Como oposição, temos obrigação de fiscalizar e dar voz à desilusão dos que se iludiram. Como oposição, temos que dar voz aos que pensaram que seria através do PS que essa mudança se concretizaria. Como oposição, reconhecemos que o UPF e o seu Presidente não estão, nem revelam estar à altura de concretizar essa mudança. Como oposição responsável, por não subscrevermos as opções políticas deste relatório e contas, mantendo a coerência com o nosso compromisso com os ilhavenses, não nos resta outra alternativa que não seja optar pela abstenção.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (44':10")

«Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (44':17")

«Obrigado, Senhor Presidente.

Eu queria dar os parabéns ao senhor Luís Leitão pela excelente discussão na apresentação do seu documento e na preparação que fez do mesmo. É evidente que essas verdades só contam mesmo é para si, porque os resultados não demonstram nada daquilo que o senhor diz, mas ficamos contentes e penso que quem nos está a ouvir lá em casa e quem vier a saber o que o senhor diz saberá e é conhecedor das posições políticas do PS ao longo dos últimos anos. Portanto, estamos conscientes que o nosso caminho faz-se pulando e avançando ou avançando e pulando, como o senhor interpretou, e bem. Fico também contente por ambos valorizarem o trabalho técnico da Câmara Municipal.

Bem, eu fico aqui um bocado embrulhado porque acho que não houve nenhuma dúvida da vossa parte na leitura dos resultados e dos investimentos que foram feitos, que foram muitos ou centenas. Podiam até ter enumerado, dentro daquilo que foi a atividade apresentada durante 2024, podiam ter lido o documento todo e visto as centenas, se não diria, até, se calhar, quase um milhar de intervenções e obras que o município teve, apesar de vocês não as notarem. Eu também não tenho culpa das vossas ausências do município e, portanto, ou da ausência de alguns espaços públicos ou mesmo da pouca presença nos espaços públicos. Portanto, lamento isso. Mas, olhe, não posso concordar com aquilo que dizem.

E também há uma coisa que nós vamos garantindo daqui em diante, que até podemos recorrer novamente às imagens televisivas e de áudio para ver o que vamos dizendo e depois até podemos engolir o perdigoto, porque, afinal, estávamos enganados, mas já o dissemos. E, portanto, eu não quero cometer esses erros, nem quero fazer isso. Até aceitando que o senhor Flor Agostinho parece-me um verdadeiro pintor de notas vagas e não passa disso porque é, normalmente, a referência que faz. São coisas muito vagas e dá-me ideia que é um bocadinho cópia daquilo que tenho ouvido nos últimos anos, agora invertendo a posição que agora está tudo mal, no passado, este discurso, servia para dizer que está tudo bem, mas utilizo aqui o mesmo discurso.

Portanto, acho que também há uma estagnação da sua parte naquilo que é a preparação destas intervenções e um bocadinho um olhar para o passado. O que não me satisfaz, de forma alguma, porque precisamos de uma intervenção mais forte da sua parte, mais detalhada sobre alguns pormenores, até pelo conhecimento e pelo à vontade com que se mexe na administração pública.

Bem, mas eu tenho que referir aqui algumas coisas que me parecem também ser importantes.

É importante que quem nos ouve e quem nos sente todos os dias saiba como comecei a minha intervenção há bocado sobre a interpretação daquilo que foi feito pelos nossos técnicos, mas que tem uma liderança, tem um Executivo e tem um Presidente, por acaso, até sou eu. Julgo que os técnicos obedecem, claramente, também, àquilo que são as nossas opções estratégicas, àquilo que são as Grandes Opções do Plano e, portanto, é por aí que nós nos centralizamos no trabalho que vamos apresentando ao longo do ano que, depois, culmina com esta apresentação dos resultados.

Eu ouvi bem que a despesa total paga foi de 32 milhões de euros, com 5,1 milhões de euros de investimento. Esta despesa corrente, que nós sabemos que existiu, aumentou 12% e chegou quase aos 23,3 milhões de euros, mas nas GOP de 2002 para 2023 temos um aumento de 21,7%, deixando os 13,3 milhões de euros de 2022 e passando para os 16,2 milhões de euros. E os compromissos pagos e não pagos, ou seja, aqueles 16,4 milhões deixaram de ser em 2022 e passaram para 19,8 milhões de euros, mais 20,6% face ao ano anterior.

Nas despesas de capital, também aqui, corroborando um bocado com o que o Pedro Cristo também disse, e ajudando isso porque os nossos auditores referiram essa qualidade também do trabalho, saímos de umas despesas de capital 7,4 para 9,7 milhões de euros, portanto, subimos 29,9 milhões de euros, mas mais à frente voltarei a falar.

Também facto importante é a Câmara Municipal, independentemente da redução da dívida que aconteceu nos últimos anos, perante o excesso de dívida que a Câmara teve, até recorrendo também a projetos de financiamento para resolução da dívida que, muitas das vezes, ainda hoje, esses projetos são pesos importantes naquilo que é a estrutura de custos do município, que nós temos que suportar e validar todos os anos também na apresentação daquilo que são as Grandes Opções do Plano, também temos um registo que, em 2022, tínhamos 2,2 milhões de euros e passámos a abater 1,3 milhões de euros. Portanto, também já ouvi dizer pelo Senhor Agostinho, temos 866 milhões de euros de dívida, neste momento, o que também me parece que é melhor do que aquilo que tínhamos, muito melhor do que aquilo que tínhamos no ativo da Câmara, independentemente daquilo que os nossos auditores dizem ou não, também há uma subida de 0,4% mais significativo, até dizia 0,33%, não 0,4, mas para não arredondar, como o senhor Luís Leitão arredondou, aqui, alguns números, destacando-se que o valor neste momento sobe 2,7 milhões de euros.

E na página 36, podemos-nos deliciar com esse trabalho que foi feito, que também tem uma validade muito grande das opções estratégicas de trabalho do atual Executivo e, portanto, o património líquido sobe aqui, mais ou menos, 2,5%. Passamos de 203,3 milhões de euros em ativos, em passivos 20,8 milhões de euros e no património líquido de 182,5 milhões de euros, o que temos um resultado líquido de 3,3 milhões de euros.

Portanto, se o ano passado tínhamos quase 4 milhões, baixamos, aqui, esta fasquia também dos resultados líquidos que é importante quando analisamos aquilo que ouço sempre a ter saldo de gerência, mas vamos só aqui aos resultados líquidos e ficamos por este valor. Portanto, é inferior a 2022 em 1 milhão de euros, e isso podemos ver também na página 51 do nosso documento e 52.

Quanto aos indicadores económicos e financeiros, não me parece que tenhamos lido o mesmo documento porque, aquilo que nos mostra que não há claramente dificuldades nenhuma da Câmara que é a liquidez geral da Câmara, ela sobe 50% face àquilo que era o registo que nós tínhamos. Quanto à liquidez imediata, que mostra o nosso processo de pagamento de cauções e dívidas a terceiros, ela sobe 23%. A solvabilidade, que é aquilo que o município tem, a capacidade do seu património, liquidar as suas dívidas numa data em que podia parar, ela sobe 80%. Quanto à autonomia financeira, que evidencia sempre o baixo recurso a crédito e satisfaz todos os seus resultados financeiros, também temos aqui uma subida engraçada de 11% e estamos quase nos 90% dos resultados.

Com tudo isto, parece-me que são os melhores resultados de sempre do município, posso estar enganado e as minhas contas podem estar todas torcidas, mas foi com o voto a favor do “Unir Para Fazer” e com a abstenção dos partidos que eu tenho que elogiar o trabalho que todos fizemos e está o resultado aqui à mostra. Portanto, não poderei dizer muito mais e mostrar satisfação por comentar estes resultados para todos aqueles que nos ouvem.

Relativamente às receitas cobradas, é evidente que nós temos a noção do que é que subiram os impostos. E precisamos de referir isso a quem está nos ouvir. Nós não temos receitas por outro lado. A maior receita é dos impostos. E é aí que nós temos 5,74 milhões de euros, passámos 35.2 para 40.95 milhões de euros, que é isso que nós temos. Desculpem... as receitas brutas cobradas, e já irei aos impostos, as receitas brutas cobradas sobem 5,74 milhões de euros, tem a ver, mais uma vez, com esta questão que estava a referir dos impostos. Mas também as nossas despesas brutas subiram e elas sobem 1 milhão de euros

abaixo, por referência até do que as contas apresentam, 4,74 milhões de euros. Portanto, deixam de ser 28,29 e passam para 33,042 milhões de euros, como o senhor Luís Leitão referiu. E, portanto, temos aqui mais 1,004 milhões de euros de referência, como podemos, também, consultar na página 55. Os impostos tiveram um aumento de 1,03 milhões de euros, ou seja, passámos de 14,45 para 15,48 milhões de euros. Portanto, deste resultado todo temos uma baixa do IMI dos impostos e temos realmente, como se o Luís Leitão disse, face aos resultados nas nossas empresas, ao trabalho que eles vão desenvolvendo, à taxa que nós temos, temos, realmente, aqui, um reflexo do IMT e da Derrama que dá aqui um impulso significativo a este valor.

Claro que fazemos um trabalho, também, que está espelhado neste relatório, que é importante nós termos todos a consciência, que é o processo de descentralização que, muitas das vezes, não traz para as câmaras municipais os resultados que nós temos nas despesas que efetuamos. E, portanto, também esse resultado da descentralização da educação, da ação social e da saúde têm um resultado aqui de 4,22 milhões de euros que está espelhado bem, mas que é baixo face às necessidades de investimento que nós estamos a registar nestas três descentralizações que temos, até pelos investimentos. Ainda agora fizemos a aquisição de algumas viaturas que, em breve, vamos entregar quando o processo estiver fechado. Aquilo que temos feito na intervenção dos nossos centros de saúde, que já foi feito. Portanto, tudo isto não estava previsto relativamente àquilo que era o imóvel que nos estavam a entregar, se estaria em boas condições, não está. Nas escolas continuamos a ter grandes problemas da resolução de alguns dos problemas que complicam também a atividade diária das nossas escolas, mas também com intervenções contínuas, aquelas de pequena relevância, mas que se tornam grandes no trabalho e na imagem que precisamos para que as escolas funcionem em pleno.

Continuamos também a trabalhar para que os fundos comunitários tenham maior relevância, maior peso. Diria mesmo, e vou já aproveitar aqui, também, alguns dos comentários que ouvi das três pessoas que falaram, que é a referência aos fundos comunitários. É evidente que nós temos tido a sorte da participação de muitas empresas naquilo que é as nossas obras que vamos realizar e os concursos que temos lançado, e, portanto, esperamos também ter resultados sobre isso. Mas é evidente que o PRR vem trazer verbas após a sua aprovação, mais ou menos 25% daquilo que é o investimento total. E, portanto, se nós não conseguirmos realizar no corrente ano de 2024, por dificuldades diversas que poderão ser espelhadas e poderão ser relatadas com documentos que mostram o tempo em que fizemos as comunicações e o tempo em que obtivemos as respostas. Claro que podemos ter aqui saldos de gerência até superiores e também para isso contribui a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que me obriga, que nos obriga a reter várias verbas, apesar de sabermos, quem conhece melhor o serviço, a contabilidade pública, que o município está liberto desta questão dos fundos também e poderia até avançar mais. Mas eu acho que avançar com o pé em falso não é uma posição que o Executivo atual, nomeadamente eu e os meus Vereadores que estão em pleno no Executivo, tenham decisão sobre isso, tenhamos decisão sobre isso, ambos, e, portanto, temos esta contenção.

Mas registamos também que em 2022 tínhamos 425 mil euros, passou para mais 803 mil euros, o que se registam 1.2228.000 euros de registo em fundos comunitário.

É importante também resolvermos a questão dos recursos humanos que ainda está muito aquém do desejado por nós, mas também, e penso que vai ser uma constante pela experiência que temos nos últimos três anos em que estamos aqui, 1/3 das nossas despesas correntes, 10,6 milhões, dizem respeito a despesas de pessoal e, portanto, vamos manter isso. Face ao ano de 2022, temos aqui um aumento de 14,7% e, portanto, significa aqui quase 1,3 milhões de euros que têm a ver, como todos nós sabemos, com a atualização das tabelas remuneratórias, com a questão da alimentação, com a questão da inserção da descentralização da saúde e com, também, a colocação de novas pessoas no quadro do pessoal e que vem acarretar mais despesa nesta rubrica. Também temos que ficar todos, penso eu, contentes com o trabalho que temos vindo a fazer, juntamente com as nossas associações, com as nossas instituições, em que registámos também, ao contrário do que ouvi dizer, também, pelo senhor Flor Agostinho, que os subsídios de todas estas associações subiram 26,74%, e também está evidenciado no documento mais 600 mil euros, todos subiram.

E também, quando queremos falar da área social e de outro, temos uma base regulamentar, são regulamentos aprovados aqui, em reunião de Câmara, aprovados aqui, e, portanto, que não podemos sair e que também este Executivo retificou em reuniões de Câmara, alguns dos valores que já hoje estão a ser pagos estão superiores ao que anteriormente estavam até termos a revisão dos regulamentos, que sabem que está em curso e que vamos fazê-lo, e

que têm vindo a acarretar melhores resultados para aqueles que têm dificuldades e que estão no âmbito social e que nós temos vindo a tratar convenientemente. Nomeadamente, também as bolsas de estudo. Tudo isso tem vindo a aumentar e, portanto, este documento também espelha esse aumento de despesa.

Também acho que nós temos que ter, aqui, a noção que aquilo que muitas das vezes aparece aqui, no documento, é resultado de muito trabalho que nós vamos fazendo, recorrendo, muitas das vezes, a menor existência de prestadores de serviços e um voluntarismo muito maior e uma disponibilidade muito maior, não só dos técnicos, mas de todos, eu diria, envolveria, aqui, assistentes operacionais, assistentes técnicos, na boa execução dos resultados. E, portanto, cabe a toda a Câmara, juntamente com o Executivo que está aqui ao meu lado todo, esta boa execução que se apresenta neste resultado, onde não há nenhum indicador que mostre descida de resultado, mas sim todos eles mostram subidas de resultados e isso é o espelho da governação que nós queríamos.

Os resultados que nós queremos atingir ainda serão melhores em 2025, como o tem vindo a demonstrar, desde o meu primeiro ano 2022, 2023 e 2024. Portanto, teremos ainda dois anos. Estaremos cá sempre para avaliar em 26 os resultados, também, de 25 sem medo algum.

E, portanto, achamos que estamos no caminho certo e que os resultados são os desejados por toda a comunidade, com sustentabilidade das contas, com todos estes problemas que nós vamos também admitindo que começam a acontecer nas empresas, nos problemas sociais, naquilo que é o maior suporte que temos que ter na área da educação, na dificuldade que muitas das nossas IPSS começam a ter também para atingir os seus resultados e satisfazer os seus custos. Tudo isso que não pode ser suportado, porque nós não somos órgãos de decisão nesse local, somos inclusive parceiros para apoiar em alguns investimentos que são necessários e não passaremos daí. Essa é a noção que nós temos. E, portanto, perante estes resultados penso que está tudo dito. Está mais ou menos o espelho daquilo que nós gostávamos de ter neste segundo ano de governação e, portanto, deixarei a Assembleia, agora, a posição final. Muito obrigado pela participação de todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:01:04")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou então abrir a segunda ronda de intervenções. Portanto, do 'Unir', alguma inscrição? Não há inscrições. Do PSD? Não há inscrições. Do Chega. E do PS? Luís Leitão.

Muito bem, Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:01:44")

«Só uma nota, ou melhor, duas notas.

Uma para felicitar o Senhor Presidente e, por outro lado, para mostrar a minha preocupação, porque o senhor já trazia as respostas às nossas intervenções que ainda não as tínhamos feito. Quer dizer que estamos todos muito bem sintonizados. Estamos alinhados com aquilo que temos vindo a falar ao longo dos últimos meses nestas assembleias e, portanto, não há propriamente surpresa de parte a parte. Nós percebemos qual é a sua linha condutora, a sua linha de pensamento e de atuação, e nós mantemos a coerência com aquilo que temos vindo a dizer. E, portanto, naturalmente, poderíamos ter mandado por e-mail as nossas intervenções e isto bateria, tudo certo sem termos aqui vindo a este púlpito fazer a intervenção.

No entanto, gostava de notar e efetuar o seguinte reparo. O Senhor Presidente vai insistindo, pontualmente, na desconsideração que vai fazendo em relação a alguns membros desta bancada, nomeadamente aos da oposição, que vai desqualificando a nossa qualidade de Interlocutores, retirando capacidade crítica ou tentando retirar capacidade crítica pelo facto não participarmos na vida da Comunidade. A participação na vida da comunidade não é a participação das festas e arraiais. Não estamos no tempo da outra "Senhora" em que tínhamos todos que vir ao cortar de fitas. Nós somos amadores da política, temos a nossa vida profissional, temos a nossa vida pessoal. E os timings dos eventos não são, necessariamente, aqueles que coincidem com a nossa disponibilidade ou vontade de participar. E, portanto, já lhe disse na semana passada, que não conta comigo, nem o senhor enquanto Presidente, nem qualquer presidente do Partido Socialista, para inaugurar uma via ciclística onde eu já passei de bicicleta várias vezes e para vir fazer a inauguração daquilo que eu, naturalmente, já usufruí e desfrutei. Portanto, esses momentos para mim não são significativos. Não gosto de usar fato e gravata e, portanto, não gosto de participar em movimentos fachadas. São feitos, mas há gostos para tudo. Há uns que acham que isso é

que traz votos e há outros que, na verdade, há alguns eventos necessitam da solenidade da abertura das coisas. Respeito, mas não participo. É um direito que me assiste, a mim, enquanto cidadão. Não me retira, contudo, o poder de poder criticar se a obra é boa ou má, ou oportuna ou inoportuna. Eu, pelo menos, tenho esse direito. Podemos não concordar, mas é assim que se deve fazer. E nisso vai insistindo. Acredito que faça parte da sua estratégia, mas não é por falta de comparência que eu perco o direito à intervenção.

No entanto, queria dizer também duas coisas que assinalou, e muito bem. A tendência e a estabilidade financeira da Câmara tem bons rácios. É uma entidade tranquila, financeiramente. Não é, necessariamente, um bom reflexo da vida de uma entidade como uma Câmara, ou se fosse uma empresa, também, no fundo, poderíamos ver da mesma ótica. Há rácios que são importantes, mas há outros que refletem também a falta de ambição, a falta de imobilismo. O que é que interessa pagar bem a fornecedores, se, depois, não temos fornecedores a apresentar faturas de despesas de capital? Paga-se bem, mas não tem faturas duma obra estrutural que poderia ter aparecido. E, portanto, é um rácio que, no fundo, indica também pouca operação da própria entidade. Portanto, há coisas que, sim, financeiramente temos uma Câmara que já vinha, no tempo anterior, também, já a arrecadar algum dinheiro e com falta de soluções.

E meus Senhores, não é pecado ter dinheiro. Não é pecado ter dinheiro. A nossa Câmara até podia passar com 10 milhões de euros de saldo. O pecado que reside aqui é não saber o que é que vamos fazer a esse dinheiro. Não há uma decisão estratégica para de “vou pegar neste dinheiro e vamos fazer uma obra de raiz”. Eu como cidadão da Gafanha da Nazaré, por exemplo, fico muito triste em não perceber, ao dia de hoje, o que é que a minha Câmara, e a outra também, tinha ao nível daquilo que era o planeamento. Eu até conheço aquilo que algumas pessoas pensam. Pessoas até que fazem parte da lista do UPF. Pessoas que até participaram em fóruns e que tinham ideias. Também conheço. Mas na realidade não sei o que é que querem fazer. Sei que a Gafanha da Nazaré está cada vez mais ultrapassada em termos daquilo que deveria ser uma bonita urbe, uma urbe agradável. Sei que há zonas críticas de falta de investimento, onde se veem casas a degradarem-se, casas desocupadas e que poderiam ser alvo de uma intervenção estratégica para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, pelo menos dos da Gafanha da Nazaré. A outra Câmara, e esta Câmara, até agora, muito pouco têm feito sobre isso. Exige-se mais investimento, mas não é só esta conversa do investimento para a Gafanha da Nazaré. É o investimento para a melhoria de condições de vida, neste caso, que eu estou a puxar para a Gafanha da Nazaré. Por exemplo, a zona do Largo das Caçoilas, as casas ali ao lado, porque é que não são alvo de uma intervenção? Porque é que não se negocia com outras pessoas que fizeram muro junto aos passeios e aos semáforos? Porque é que não se tem uma visão positiva e proativa? Sim, esse dinheiro serve para comprar aquele muro, aquele terreno e deitar abaixo. Não sei se está a ser negociado, sei é que não está negociado e não está feito. Sei que a Gafanha da Nazaré tem muito mais do que este largo. Sei que há muitos outros sítios que poderiam ser agradáveis. Sei que a Gafanha da Nazaré é uma cidade onde não se pode caminhar, a não ser pelo meio da rua. Sei que a Gafanha da Nazaré é uma cidade de gente que tem por tradição andar de bicicleta, mas às vezes não sabe por onde, por que lado deve andar, nem como deve andar. É-lhe permitido o sentido, andar em sentido contrário, muitas vezes, ao dos carros que é permitido, não é sentido proibido para ciclistas, mas a definição do espaço para onde pode dar o ciclista e o automobilista não é propriamente uma noção clara. Isso é qualidade de vida. Isso é um investimento estratégico. Muitas vezes não custa muito dinheiro, custa a planear e fazer.

Mas há mais coisas para fazer no Concelho de Ílhavo, não é só na Gafanha da Nazaré. E há, precisamente, a sensação de que nós não sabemos o que é que havemos de fazer ao dinheiro. E é por isso que, se não sabemos o que devemos fazer ao dinheiro, assumamos a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Pague-se menos IRS naquilo que compete à Câmara abdicar. O IMI. Não é preciso arrecadar tanto IMI se não temos obras. Assuma-se depois, porque se é política fazer política é tomar decisões. Assuma-se, perante os seus municípios, “olhe, há três anos que não fazemos nada, não vou cobrar quase nada de IMI, e, senhor município, temos como objetivo fazer uma grande obra, os senhores vão desculpar, preparem as carteiras porque vamos passar o IMI para a taxa máxima.

Isso é ter poder de decisão. Esconder-se nas coisas, é próprio dos fracos.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:10:18”)

«Muito obrigado. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:10':22")

«Eu não sei se o Luís Leitão vai conseguir ouvir tudo, mas espero que sim.

Fico muito contente de afirmar o que afirma do senhor Presidente da Câmara, porque eu sou incapaz de dizer de si. Portanto, há de ficar com essa razão toda.

Mas também não percebi se estávamos a falar da atividade municipal ou se estávamos a falar do Relatório de Contas, mas também não me cumpre a mim é tratar desse assunto, estou como Presidente da Câmara.

Aquilo que eu poderei dizer sobre isso é que o senhor Luís Leitão, até com essas ideias todas para consumir verba do orçamento, e uma vez que estamos a trabalhar sobre aquilo que é o relatório de contas, o ano passado, quando nós lançámos a possibilidade, em edital, da compra de imóveis, podia-nos ter ajudado completamente a identificar isso. E o seu PS, tão tanto entregue a essas causas, podia ter ajudado o Executivo Municipal a identificar no município todas as pessoas que queriam vender porque nós estávamos compradores. Dissemos mesmo isso. Tinha-nos ajudado aqui atirar podia ser 1 milhão de euros. Não sei se o tinha. Na sua lógica temos mais que 1 milhão ou 2 ou 3 ou 4 ou 5 ou 6 ou 7, 7,9, mais precisamente, são 7,9 milhões de euros que nós temos aqui disponíveis para comprar e para fazer tudo o que quisermos. Investimento, até nas Caçoilas também podemos fazer investimento nas Caçoilas. É preciso é que as situações também tenham regularizadas da parte de quem possa vender. Portanto, nós vamos falando com as pessoas, vamos conversando, sabemos os ideias, não desmanchamos, normalmente, ideias que os outros tiveram também. Fizemos isso também, já o referimos aqui, várias vezes, daquilo que tivemos, relativamente, ao que encontramos na Câmara, temos vindo a concretizar. Agora temos investido muito, muito mesmo. Não lhe posso dizer em concreto, porque eu acho que você não faltou a nenhuma Assembleia Municipal, portanto, tem os documentos todos da atividade e pode ver o número de obras que são feitas. Pode ler também a revista Ílhavo, há de sair agora a nona edição, começou também trazer referências sobre esse investimento. E, portanto, fica com essa noção. E, portanto, espere que não seja não o pecado de saber como vamos gastar dinheiro, mas o pecado do que se diz. Porque isso é que é importante, também. Continuo a dizer, os registos vão ficar hoje em áudio e também televisivo para nós podermos um dia recordar tudo isto com memória. Eu espero por bem, e espero para si, também, por bem, porque gosto de o ouvir falar. Acho que fala muito bem, apesar de muitas das vezes eu acho que... quando disse, hoje, na sua intervenção, eu recordo mesmo que vocês estão mesmo em sintonia, PS e PSD, finalmente estão em sintonia. Encontraram-se no sítio certo para se pôr na posição certa e, portanto, nós vamos manter isso e vamos olhar para isso atentamente.

Relativamente aos rácios do imobilismo, também não os encontrei no documento que vi. O documento que me apresentaram, se tem tanta valência técnica e se tem uma posição do Executivo para ele existir, também não os encontrei. Eu não os encontrei, mas se os encontrou acho que podem explicar, depois, tudo isso.

E depois também lhe vou dizer uma coisa e espero não magoar aqui ninguém porque tenho muito respeito por pessoas que já foram aqui referidas hoje, que são os trabalhadores municipais. Possivelmente, nesta Câmara, nunca houve execução de tantas receitas, compromissos e contratos de compra como tem existido e, possivelmente, o sacrifício que todas as pessoas têm feito para executar com a máxima rapidez, as nossas necessidades de aquisição e de contratos. Luís, não é possível fazer mais porque não temos o número de pessoas para poder fazer. Está difícil a parte da contratação pública, muito difícil e muitas das vezes nós gostaríamos que muitos dos processos estivessem tratados com outros timings e não estamos a conseguir. E, portanto, por isso, temos concursos abertos, ainda agora está a decorrer o de assistentes técnicos, para ver se colmatamos mais algumas dificuldades até com outro problema que a Câmara vai passar dentro em pouco tempo. Espero que até seja já nos próximos 5 meses. Que é a dificuldade de espaço para colocar pessoas. Como sabe, nós estamos a investir meio milhão de euros na reabilitação da antiga Galeria, aqui em baixo, para termos uma resposta na área social completamente diferente, e personalizada, daquilo que tem acontecido até aqui e vamos melhorar também a área do atendimento e do arquivo. Mas a Câmara não tem muito mais para onde crescer e, portanto, não sei. Já temos, hoje, serviços, vou-lhe dizer trabalhar no CIEMar, porque já não temos espaço para ter algumas equipas aqui, para termos esta resposta que nós desejamos e que também é procurada pelos munícipes. Portanto, isso também está dentro das nossas contas. Posso-lhe dizer que, por exemplo, a equipa do EMACE, está aqui, são cento e tal mil euros que nós temos, só nesse valor de uma equipa. E que, muitas das vezes, não são obra, são custos com mão de obra e como sabe têm vindo a aumentar sempre e que, muitas vezes, até defendido pela nossa

oposição, também, que deveríamos pagar muito melhor. Eu não sei se vamos conseguir fazer isso o desejado, mas temos vindo sempre a ter um acordo bilateral e, portanto, há um entendimento para que estas coisas sigam.

Portanto, Senhor Presidente, eu penso que está tudo dito. Já o tinha feito na primeira parte, só estes dois ou três comentários e também colocar, também, aqui, algumas coisas que eu acho que não se deveriam dizer, mas uma vez que são ditas, fica com quem, com aqueles que o dizem e, portanto, respeitando eu também muito isso. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:16:12")

«Muito bem. Vamos, então, concluídas todas as intervenções, colocar à votação o ponto 2 da Ordem do Dia. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. E quem vota contra?

Muito bem, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023 foi aprovado por maioria, com 16 abstenções, PSD, PS e Chega, e 8 votos a favor do “Unir Para Fazer”.

Ponto 3. "Proposta da Aplicação de Resultados Líquidos".

Incluída a discussão do ponto na apreciação do ponto 2.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:17:05")

«Vamos agora votar o ponto 3, “Proposta da aplicação de resultados líquidos”. Quem vota contra. Quem se abstém? Muito bem. O ponto foi aprovado por unanimidade. Muito obrigado.»

Ponto 4. "Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2º. Semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:17:30")

«Avançamos então para o ponto 4, “deliberação sobre as propostas de mapa dos compromissos plurianuais assumidos no segundo semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços”. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:17:54")

«Senhor Presidente, isto decorre de um formalismo que nós temos que fazer. Portanto, se houver alguma questão que eu tenha que explicar, pois estarei disponível. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18:06")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir as inscrições. Alguma inscrição? Não.

Senhor Presidente, pretende dizer mais alguma coisa? Não? Ok, muito bem.

Concluídas todas as intervenções que não aconteceram, delibero ter sido tomado conhecimento do ponto 4 da Ordem do Dia.»

Ponto 5. “Abertura de Concurso Público para aquisição de Serviços de Transporte para atividades pedagógicas, desportivas, escolares e outras”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:18:31”)

«Passamos então ao ponto 5, “Abertura de concurso público para aquisição de serviços de transporte para atividades pedagógicas, desportivas, escolares e outras”. E dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:18:44”)

«Obrigado, Senhor Presidente. Também é um formalismo, portanto, estamos a falar aqui de quase 720 mil euros para a contratação deste serviço e, portanto, também pedíamos, aqui, a aprovação de um ato deliberativo da Câmara, nomeadamente para todos estes serviços de comemoração de datas festivas e outros que também acontecem muito virados, todos, dentro daquilo que é a educação. E, portanto, é a nossa chefe de divisão que traz este documento até nós e, portanto, precisamos aqui também de o validar. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:19:18”)

«Vou abrir as inscrições. Alguma inscrição? Mariana Lopes, por favor.»

Mariana Lopes, do Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (01:19:48”)

«Muito boa noite. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa. Excelentíssimo Presidente da Câmara e Vereação. Caros Deputados municipais. Excelentíssimo público aqui presente e todos aqueles que nos assistem lá em casa.

Relativamente a este concurso público, que visa adquirir serviços de transporte para os dois próximos anos letivos, pelo que pude perceber 24/25 e 25/26, parece-nos, ao “Unir”, que constitui uma forma de assegurar alguma previsibilidade, quer temporal, quer orçamental.

Quanto às deslocações dos nossos munícipes de várias faixas etárias, crianças, utentes de várias valências desportivas e culturais, a vários momentos e atividades de cariz pedagógico, desportivo, escolar e cultural, este tipo de concurso que penso, pelos montantes envolvidos, como o Senhor Presidente da Câmara referiu, cerca de 720 mil euros, será um concurso internacional, pensamos que trará melhores condições económicas de aquisição para este tipo de serviço e melhores condições de aquisição em termos monetários ao município e, conseqüentemente, para os bolsos de todos nós, não é? Se houver uma boa gestão, à partida será melhor para todos.

Eu gostava só, também, ainda, de referir, dentro deste contexto, que no passado mês de abril, pelo que pude apurar, o município reforçou também a sua frota com mais um autocarro semelhante àquele que já tinha sido adquirido em 2022, o que acaba também por possibilitar alguma margem de manobra na gestão do outro serviço, do contrato que estamos aqui a tomar conhecimento e a provar. Este novo autocarro possibilitou o aumento da capacidade instalada e de transporte próprio do nosso município para cerca de 126 passageiros.

Só para terminar, gostava de sublinhar que este tipo de planeamento a um prazo mais longo, estamos aqui a falar de dois anos letivos, será, decerto, uma mais-valia neste momento de grande incerteza em termos de todo o panorama Internacional todo, de todo os conflitos que estamos a observar, o que se refletirá, decerto já tem vindo a acontecer, e continuará a refletir-se no preço dos combustíveis e, conseqüentemente, no preço deste tipo de serviços. É só. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:23:15”)

«Muito obrigado, Mariana. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:23:19”)

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu não contava mesmo fazer esta intervenção, mas acho que por duas ou três referências, também convém esclarecer quem está lá em casa e quem está nesta Assembleia, às situações decorrentes das afirmações da Mariana Lopes.

Parecendo-me bem a sua intervenção, e elogiando também a mesma, temos aqui uma divisão da nossa despesa por três anos, portanto, temos aqui 2024, 2025 e 2026. Olhando para 2024, como tendo cento e poucos mil euros; 2025 trezentos e tal mil euros; e, depois, 2026, duzentos e pouco mil euros. Temos aqui três ou quatro serviços que são importantes resolver, nomeadamente o transporte das crianças na hora de almoço na Gafanha da Encarnação, que é um serviço que é bastante oneroso, mas que tem que ser feito neste momento, ainda, enquanto não tivermos um novo centro escolar, que estamos, neste momento, em fase de projeto para a Gafanha da Encarnação.

Depois teremos outros problemas para resolver. Nem todas as nossas escolas ficam com o problema resolvido. E, depois, também, os serviços de complemento que fazemos nas nossas atividades do PIN e do serviço de Educação Municipal. Portanto, trazer os miúdos aos nossos museus, trazer ao nosso Estaleiro, trazer à nossa Casa da Cultura, tudo isto, normalmente, quando ultrapassa aqui a questão das duas turmas, portanto, quando temos mais 30 miúdos, já não é possível transportar nos nossos autocarros. Mas normalmente o serviço de natação, conseguimos fazê-lo já com os nossos autocarros, uma coisa que não era possível realmente quando chegámos à Câmara,

Admiro, também, a contagem que fez dos 126 lugares, não tinha pensado, mas para isso também precisávamos de ter um dos motoristas que está de baixa, neste momento, prolongada. Portanto, temos alguma dificuldade. Neste momento temos dois motoristas com capacidade para conduzir as nossas viaturas e temos mais requisitos por parte de todo o tecido associativo que temos vindo a satisfazer com estas viaturas que todas elas já têm também ar-condicionado, as três mais antigas ainda não têm essa capacidade de resposta. Portanto, acho que estamos mais capacitados.

Também fazer só uma referência, acho que é importante para todos. A partir do momento em que nós tivemos uma Autoridade Regional de Transportes e que temos a *Busway* a operar na Região de Aveiro, não só por condições também da inflação e por condições das nossas empresas, económicas, aumento de todos os custos, de seguros, de combustíveis e de trânsito na rede viária, nomeadamente nas autoestradas, o aumento, também, o acréscimo dos produtos de consumo nos nossos veículos e desses transportadores, aumentou brutalmente o custo diário destas viaturas. Posso-vos dizer que o anterior contrato haveria de andar, aqui, perto dos 200, 220 euros. Neste momento, estamos a falar num valor superior a 400 euros, portanto estamos a adquirir pelo dobro os mesmos serviços que tínhamos há um ano, para vocês terem a ideia. Portanto, não sei o que é que vai ocorrer no futuro. Vamos estar atentos. Vamos deixar que as nossas equipas trabalhem da melhor forma para que estes resultados. Mais uma vez, uma fixação de despesa que há de ser transportada, também, para o saldo de gerência e que há de estar lá pelos compromissos que estamos a assumir em 2024. É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:26:53")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto se existe alguma intervenção ou um pedido de intervenção? Não há. Senhor Presidente mais alguma coisa para partilhar connosco? Muito bem.

Coloco à votação o ponto 5 da ordem do dia. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto 5 foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 6. “Concessão da recuperação e exploração temporária e onerosa de um centro hípico e parque pedagógico no lugar do Casal 43 - Colónia Agrícola”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27:32")

«Avançamos para o ponto 6, “Concessão da recuperação e exploração temporária e onerosa num centro hípico e parque pedagógico no lugar do casal 43, colónia agrícola” e começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:27:48")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Neste ponto vou dar a palavra ao Senhor Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:27:53")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, em si cumprimentar a Mesa e todos os Deputados aqui presentes. Caro Presidente, caros Vereadores. Caro público e público que nos segue lá em casa.

Bem, a proposta que hoje, após aprovação na Câmara Municipal, vem para deliberação a esta Assembleia diz respeito a um concurso público para o Casal 43. Portanto, um casal na colónia agrícola, que está cedido, desde janeiro de 2022, por acordo de transferência de competências pelo Estado Português ao Município de Ílhavo. Trata-se de um concurso para a instalação, como diz o título deste ponto, de um Centro Hípico e Parque pedagógico neste mesmo lugar citado, o Casal 43. Portanto, não há muito mais a referir nesta demonstração, nesta explicação. Estamos disponíveis para qualquer pergunta. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29:07")

«Muito obrigado. Vou abrir então as inscrições para a discussão deste ponto. Do "Unir"? Pedro Cristo. Do PSD? Temos a Margarida. Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (01:29:07")

«Estamos perante uma concessão de 50 anos que foi subdelegada pelo Estado Português para a implementação de um Centro Hípico e um Parque Pedagógico. Efetivamente, esta concessão foi analisada e estudada a viabilização da mesma ainda no anterior Executivo, e muito bem, não está nada, digamos, contra essa solução, acho muito bem. Também sou favorável, completamente, a essa opção. Aquilo que me levanta aqui alguma é questão é se, efetivamente, é o destino a que aquelas instalações são especificamente otimizadas para a função que as mesmas vão ter. Não há volta atrás, para isso temos renegociar novamente com o Estado. Para isso, terão eles que aceitar. Por isso vamos ter que andar para a frente. Mas se nós formos ver, verificamos que existe naquele espaço uma elevada quantidade de salas de formação que eram usadas. Não sei se conhecem, mas se tiverem oportunidade de ver o edifício está, realmente, devoluto, mas tem muitas salas, digamos assim, que com certeza na componente Centro Hípico não serão, digamos, utilizadas. Eventualmente poderia ter sido feita uma análise mais completa, mas é o que temos.

Eu só queria dar, para quem ganhar este concurso, realmente, votos de elevado sucesso.

Penso que o espaço já está a ser parcialmente utilizado já com essas funções. Não conheço que acordo foi feito, se foi com o Estado, se foi com a Câmara Municipal de Ílhavo. Talvez o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, nos possa dar algum esclarecimento, digamos, sobre isso. Mas, de qualquer maneira, aquilo que eu queria referenciar é que Ílhavo precisa, digamos, de espaços destes, que merecem todo o meu apoio, meu incentivo.

Queria só deixar aqui uma ligeira, digamos, ressalva. Sem colocar em causa a capacidade técnica do júri que vai decidir a este concurso, penso que estamos perante técnicos de elevada capacidade na área das obras, de área técnica, não verifico, digamos assim, que algum membro do júri possa ter mais uma componente, visto que este concurso parte do princípio que não é só uma questão económica ou financeira, também tem que ser avaliada, digamos, numa componente de valorização da formação, até dos nossos jovens, e, digamos assim, de alguma cultura desportiva. Por isso, aqui, com o devido respeito, estaria, digamos assim, poderia haver aqui uma mais-valia de haver aqui alguém sem ser só da área de obras públicas ou jurídica que pudesse também ajudar e contribuir para que tivermos aqui um local de elevado sucesso, que é isso que eu desejo para quem vencer este concurso. É só.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:33:22")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os restantes Vereadores do Executivo. Caros Deputados municipais de todas as bancadas. Estimado público. Comunicação social. Quem nos acompanha lá de fora, nas redes sociais.

Eu fiz questão de vir aqui, porque, de facto, e de acordo com o que o Pedro Cristo falou, isto é a prova que, de facto, os municípios têm que reaproveitar o espaço público que está abandonado, apesar de já haver alguma utilização parcial. Ao fim e ao cabo, provavelmente

quem está a fazer essa utilização deverá a ir a este concurso, e com certeza que se for com intenção de qualificar e remodelar, etc., ainda bem.

A minha intervenção vem aqui neste sentido, porque o desporto, a exploração de um centro hípico não é só para lazer. Eu aqui, permita-me Senhor Presidente da Assembleia, alargar que, nomeadamente para jovens e menos jovens que têm algumas limitações mentais, e está provado pela ciência, que lidar com estes centros hípicos ajuda e estimula o relacionamento pessoal, humano, e é também uma forma de quem está a fazer este trabalho permitir alargar este trabalho às pessoas, à comunidade e, provavelmente, até alargar a transmunicípio, não é?, transfronteiriço do município. É um projeto que já vem de trás, há continuidade, assinou-se o contrato, há concessão e espero mesmo que quem ganhe o concurso tenha essa ação pró ativa, não só para os que estão 100% pleno das suas capacidades físicas e mentais, mas também que seja pedagógico, colaborando com as Instituições de Ação social que existem no nosso concelho e fora do concelho, com a celebração de protocolos que permitam dar qualidade de vida às pessoas que, muitas vezes, são esquecidas e que não devem ser esquecidas. O cão é o melhor amigo do Homem, dizem, da humanidade – sou mulher - mas está provado que os golfinhos, a par com os cavalos, têm um efeito sensorial nas pessoas que muito me sensibiliza, muito me toca.

E, naturalmente, que este projeto tem que ser aprovado por unanimidade.

Dar os parabéns e que se concretize e que rapidamente se façam as obras e se qualifique uma zona para que todos nós possamos ver coisas boas e que sejam implementadas para pessoas que, muitas vezes, são esquecidas e também nos cabe a nós lembrar que elas existem. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:37:06")

«Muito obrigado, Margarida. Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:37:13")

«Senhor Presidente, eu penso que não há nada a acrescentar. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:37:18")

«Muito bem. Abro as inscrições para uma segunda ronda. Alguma inscrição? Não há inscrições. Senhor Presidente, quer dizer mais alguma coisa?»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:37:29")

«Eu passarei aqui ao Senhor Vereador para acrescentar mais qualquer coisa. Muito obrigado.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:37:36")

«Não me querendo alongar, mas dando aqui só uma ou outra resposta que me parece que possa ter sido levantada. Não percebi muito bem também nas intervenções, mas quando o senhor deputado Pedro Cristo referenciou que se trata de um espaço que tem algumas salas de formação e que é importante que se dê a utilização. Nós também gostaríamos muito que esse espaço fosse de facto cedido ao município, mas não é desse espaço que se trata. Trata-se do espaço que está em frente a esse local e eram, então, os laboratórios da Direção-Geral da Agricultura e Pescas do Centro. Portanto, o que está imediatamente em frente.

Relativamente ao júri. Pronto, julgo que referenciou que devia haver uma componente também jurídica ou alguém com competências mais jurídico na avaliação. Foi isso que eu percebi. Pronto, então percebi errado, peço desculpa

Ficamos contentes com as intervenções porque desta forma podemos, de uma forma bem clara, conseguir, esperamos nós, resolver a questão da ocupação desse mesmo Casal, e termos, realmente, outras valências no nosso município num espaço que mos é querido para todos. Julgamos que estamos muito empenhados em conseguir resolver tudo o que tenha que ver com a legitimidade da ocupação desse mesmo espaço, por parte do município e que foi um trabalho que fizemos e que já o referimos aqui a esta Assembleia.

Estamos, de facto, muito empenhados na resolução destas questões todas da Colónia Agrícola, não só as questões da propriedade dos edifícios ocupados pelo município, mas

também dos particulares e dos ex-colonos que também precisam de ver as suas situações resolvidas e podermos ter capacidade para dar outro fim à Colónia Agrícola que todos ambicionamos.

Acho que é a vontade de todos aqui presentes que seja, de facto, um parque diferente, o grande parque do nosso município e possa ter outras valências. Obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:37:18')

«Muito bem, vamos então votar o ponto 6, “Concessão da recuperação e exploração temporária e de um centro hípico e parque pedagógico no lugar do Casal 43 - Colónia Agrícola”. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 7. “Concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para a concessão, instalação e exploração de treze quiosques no Município de Ílhavo”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:40:39')

«Passamos então ao ponto 7. “Concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para a concessão, instalação e exploração de 13 quiosques no município de Ílhavo”. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:40:56')

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou passarão Senhor Vereador, novamente.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:41:00')

«De uma forma muito rápida e depois, como é evidente, disponível para qualquer questão. A proposta tem que ver com a instalação e exploração de 13 quiosques em todo o município, por período de 5 anos, renovável por períodos iguais até o limite máximo de 20 anos. Trata-se de quatro locais para instalação de quiosques na praia da Barra, dois na praia da Costa Nova, três na Gafanha da Nazaré, dois na Gafanha da Encarnação, um em Ílhavo e um na Gafanha do Carmo. Obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:41:38')

«Muito obrigado. Vou abrir então as inscrições. “Unir”? Uma inscrição, José Pinto Reis. Do PSD? Portanto, temos o André Guimarães e temos o Flor Agostinho. Chega? Não. Do PS? Luís Leitão.

Muito bem, André Guimarães.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (01:42:39')

«Boa noite a todos. Eu queria só perguntar à Câmara, perguntas muito claras e sem qualquer tipo de outra base que não a pergunta em si. No fundo, perceber o que é que se espera com este concurso. Quais é que são as expectativas. Se nós estamos à espera de muitos candidatos, poucos candidatos. Se há alguma área em particular onde achamos que possa ter mais candidatos a concurso. E também sobre o concurso em si. Se o concurso vai estabelecer algum tipo de especificidades ao nível da construção, nomeadamente. Estamos a falar de áreas centrais e áreas que acho que exigem algum nível, não é? Portanto, seria pouco ambicioso para aquilo que é o ideal da nossa terra que deixássemos cair lá qualquer coisa. Portanto, acho que seria interessante também perceber se há alguma expectativa nesse aspeto. Também ao nível das atividades, se também vai haver algum nível de exigência ao tipo de atividade que se vai desenrolar nestes quiosques. Eu falo porque a minha infância foi passada, muitas horas, num quiosque. A minha avó tinha um quiosque e, portanto, é um tema que me apraz muito e gostaria também de saber mais. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:44:19')

«Flor Agostinho, por favor. Prescinda. Muito bem. Luís Leitão.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:44:37')

«No fundo, uma vez das questões também já foi abordada pelo André. A questão que se me coloca tem a ver com a concorrência ou com intensidade, eventualmente, da localização de alguns quiosques. Um ou 2 não sei se são fruto da procura, as localizações sugeridas são fruto da procura, nomeadamente na Gafanha da Nazaré vejo ali algo que me parece assim um pouco estranho, ou se calhar sou eu que não percebo nada destas dinâmicas. Mas concretamente, se eu percebi bem das localizações, na Avenida da Costa Nova onde já temos uma série de quiosques, há a proposta de mais um quiosque, acho, não sei. Fala-se ali, também, dos quiosques não serem concorrenciais em relação aos negócios existentes. O que é que se vai pretender dar fazer com mais um quiosque? É pôr mais uma barraca ou está destinada mais uma barraca de bolacha americana, de venda de bolacha americana, que deve ser a identidade da nossa região? Ou vislumbra-se outro tipo de quiosque? De farturas não é porque não reúne as condições e, portanto, hoje ninguém quer vender jornais. Portanto, presumo que seja mais um de tripas e bolacha americana. Portanto, parece-me que poderemos, eventualmente, a procura pode ser imensa e eu posso estar a ser muito injusto porque, se calhar, as pessoas querem mesmo é mais quiosques, mas parece-me começa a ser, não a rua das casas às riscas, mas das barracas de tripas e de bolacha americana. É a única questão que eu tenho a levantar em relação a isso.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (01:46:43')

«Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente e restante Mesa. Boa noite ao Executivo, Senhor Presidente da Câmara. Boa noite aos restantes Deputados municipais.

Aquilo que me traz aqui é assinalar a concretização ou a hipótese de concretização de treze micro negócios, treze oportunidades de negócio que vão ser desenvolvidas em todo o município. A proposta que nos é apresentada contempla todas as freguesias do município, não só aquelas que, teoricamente, são mais populosas. Não há dúvida que a apetência pelos locais de maior circulação será maior, mas há aqui um projeto, uma tentativa de que estas oportunidades se estendam a todo o todo o município. E esta questão da oportunidade, por vezes, é importante, porque pequenos negócios, que não têm que ser, espero que não sejam, mais 13 barraquinhas de vender raspadinhas, mas que hajam oportunidades reais de negócios que naquele pequeno espaço possam ser executadas e possam dinamizar e serem o berço de projetos que depois possam ser alavancadas. Há questões do artesanato, dos produtos regionais que podem ser utilizados, que estes quiosques podem ser utilizados, que não necessitam de grandes áreas comerciais, mas que necessitam de estar numa zona de passagem. E estas são estas três oportunidades de negócio que eu acho que devemos ressaltar e ressaltar.

E esperar que haja dinamismo das gentes do nosso município para aproveitarem essas oportunidades, que sejam ousados e apresentem propostas e negócios, verdadeiramente, ganhadores. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:48:45')

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:48:48'')

«Obrigado, Senhor Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:48:54'')

«De facto, agora, a intervenção do deputado José Pinto Reis também acaba por esclarecer também alguma das coisas ou parte da intervenção que iria fazer.

Este procedimento foi desenhado desta forma para que conseguíssemos dar uma resposta em todo o território. Se nós temos muito interesse em todas as localizações? Não temos dados para o confirmar. Sabemos que temos muitos interesses em alguns pontos mais centrais, nomeadamente na Gafanha da Nazaré e, sobretudo, nas praias, mas, de facto, nas outras localizações não temos. Mas entendemos que, por uma questão, até, de coesão territorial, devíamos aproveitar o procedimento e possibilitar então a instalação de quiosques em mais pontos do nosso município.

Depois, todas as questões que falam ou que fizeram sobre o tipo de solução, recorro que o programa do concurso também é muito claro e, relativamente à avaliação, tem como parâmetro A, com 20 pontos, a originalidade dos produtos a comercializar, como parâmetro B, com 10 pontos, o preço do quiosque a colocar no espaço público e, com 20 pontos, o parâmetro C com integração do quiosque na envolvente e qualidade do projeto. E, depois, ainda temos o parâmetro D, a valer 50 pontos, que tem que ver com o valor da renda anual que será proposto.

Relativamente ao tipo de negócios, ou de serviço que possa ser prestado em cada um dos quiosques. Ele está devidamente definido, para não termos essa sobreposição que foi, até, ressaltada pelo deputado Luís Leitão, foi, de facto, tido em conta porque não queremos onde há negócios de bolacha americana voltar a ter o mesmo negócio, porque, quer dizer, estamos a trazer concorrência para quem já lá está e estamos a ter uma oferta semelhante. Aquilo que queremos é que isto possibilite termos produtos diferentes no nosso território, à semelhança do que vemos noutros territórios e que hoje estão mais, digamos, na moda. E, até mesmo, por esse tipo de produtos possam ser diferentes que nos têm chegado algumas manifestações de interesse de poderem desenvolver esse tipo de negócios e que nós, de facto, não temos essa resposta no espaço público e agora podemos ter. E, de uma forma muito clara, poderemos abrir essa possibilidade a todos que tenham interesse em estabelecer-se no nosso território. Espero ter sido claro. Obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51:47")

«Abro as inscrições para uma segunda intervenção. Margarida por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:52:21")

«Boa noite, novamente. Eu gostaria de, porque falou-se aqui na Costa Nova, na praia da Barra - Costa Nova, Gafanha da Encarnação, praia da Barra, Gafanha da Nazaré - mas gostaria de perceber porque, de facto, não tenho aqui os arruamentos, onde é que se localizam na Gafanha de Nazaré o quiosque 7 e o quiosque 8, porque, de facto, não estou a conseguir verificar qual é a zona de afetação. Só sei que é na Gafanha Nazaré, mas também praia da Barra e Gafanha da Nazaré e a Costa Nova do Prado é Gafanha da Encarnação. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:53:09")

«Obrigado. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:53:13")

«Senhor Presidente, eu penso que este esclarecimento também não afetará a votação da senhora deputada Margarida. Logo que acabe, podemos esclarecer as duas ruas onde está. Queria também parabenizar o trabalho do Senhor Vereador com as suas equipas na definição destes locais. E, também, aquilo que estamos a fazer que é a avaliação dos que existem e o estado de conservação e manutenção dos seus proprietários e a retirada dos mesmos, como fizemos dentro daquilo que estava na Praça do Farol da Barra, há muitos anos, um quiosque estava ali abandonado e, portanto, fizemos a sua remoção. Outros também se encontram, ao pé da escola Fernando Martins, na Gafanha, encontra-se muito degradado e, portanto, faremos também a remoção ou colocação de uma nova ideia. E, portanto, espero também que estes negócios sejam inovadores, tragam um compromisso para as nossas localidades e que tragam, de alguma maneira, o fortalecimento do tecido industrial, sendo empresários, sendo micro ou grandes empresas, terão todos o mesmo valor para nós. É claro que estes, à partida, não contribuirão para a derrama, o que já não é uma preocupação para muitos dos nossos autarcas, mas no fundo estarão também em linha com aquilo que nós precisamos, que é o desenvolvimento do comércio local. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:54:27")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Terminadas as intervenções vou colocar à votação o ponto 7, "Concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para a construção, instalação e exploração de 13 quiosques no município de Ílhavo". Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto 7 foi aprovado por unanimidade.»

Conclusão

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:54:53")

«Antes de encerrarmos a sessão, vou pedir aqui a minha Primeira Secretária para ler a Ata em Minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para elaboração do edital com as deliberações.»

1.ª Secretário da Mesa, Irene Ribau: (01:55:11")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (01:56:44")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 22:58 do dia 3 de maio de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Junho 2024, realizada no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Junho Reunião – 4JUL2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes			
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

Nome		Falta	Presença
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente	X	
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador	X	
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		Justificada
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Ricardo Daniel Marques Mendes substitui André Filipe Casqueira Guimarães	PSD		X
Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sara Marina Tomé Fernandes	PSD		X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas	UPF		X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes	UPF	X	
Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Diana Catarina Anastácio Gandarinho	PS	X	
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Mariana Alvelos Silva	PS		X
Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins	PSD		X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 4 de julho de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO de 2024 (2.ª reunião: 4 de julho de 2024)

Aos quatro dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária de Junho, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 2. "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo".

Aprovado por Unanidade, com 7 votos a favor, 16 abstenções e 1 votos contra.

Ponto 3. "Recolha e Transporte a Destino Final e Adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Aprovação da Adenda n.º 02/2024 ao contrato n.º 22/2020".

Aprovado por Unanimidade, com 23 votos a favor, 1 abstenções e 1 votos contra.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 4 de julho de 2024, respeitante à Sessão Ordinária de Junho, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos